

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, publicado no DOU de 16 de setembro de 1946.

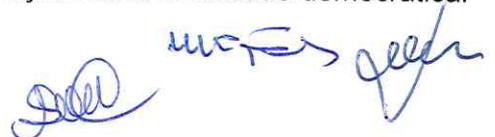
O regulamento da Entidade foi estabelecido pelo Decreto nº 61.836, de 05 de dezembro de 1967, publicado no DOU de 07 de dezembro de 1967, com as modificações dispostas nos Decretos: nº 5.725, de 16 de março de 2006 (DOU de 17 de março de 2006), nº 6.031, de 1º de fevereiro de 2007 (DOU de 02 de fevereiro de 2007) e nº 6.632, de 05 de novembro de 2008 (DOU de 06 de novembro de 2008).

a) NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE

O Sesc é uma Entidade com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, sem fins lucrativos e, em decorrência, enquadra-se na imunidade tributária prevista na letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

b) NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE

O Sesc tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.



c) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Nossas práticas e demonstrações contábeis são regulamentadas por normas específicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137/2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nº NBC T 16.1 a 16.10, e incorporadas internamente ao Código de Contabilidade e Orçamento (CODECO) do Serviço Social do Comércio, que regula a aplicabilidade em âmbito nacional sob a coordenação do Departamento Nacional.

As Resoluções Sesc nº 1.245 e 1.246/2012, alteradas pela de nº 1.291/2014, reformularam o CODECO, contemplando as novas práticas e demonstrações contábeis, com vigência de forma facultativa a partir de 2015 e compulsória a partir de 2018

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Departamento Regional Sesc Sergipe, a partir do exercício de 2018, adotou as novas práticas contábeis e demonstrações contábeis em suas totalidades, passando a retratar em seus demonstrativos e relatórios os registros e controles dos impactos decorrentes das seguintes mudanças: Regime de competência para as variações patrimoniais diminutivas (tratadas como despesas até o exercício de 2017) e para as variações patrimoniais aumentativas (tratadas como receitas até o exercício de 2017), depreciação dos ativos patrimoniais, provisão de férias e 13º salário, aumento no controle dos atos potenciais ativos e passivos, plano de contas reformulado, dentre outras.

Os fatos contábeis foram registrados e as Demonstrações Oficiais extraídas por meio da ferramenta eletrônica Sistema de Gestão Financeira (SGF). Esse sistema

caracteriza-se por gerenciar contabilidade, orçamento, contas a pagar, contas a receber e tesouraria.

Para fins de cumprimento da legislação vigente, toda documentação contábil resultante do registro dos fatos contábeis encontra-se arquivada em ordem cronológica. Esses registros foram efetuados em formulários próprios e serão transformados em Livros Diários autenticados, em observância às formalidades legais e técnicas que disciplinam a matéria.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICANTES

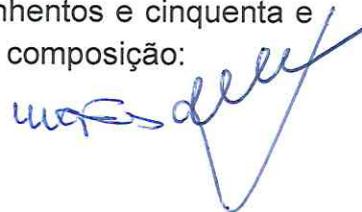
As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às Características Qualitativas das informações. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas totalizam R\$ 43.676.558,70 (Quarenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos) no ano, apresentando a seguinte composição:



Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$
Contribuições	29.493.920,34
Serviços	12.044.057,57
Financeiras	776.387,74
Outras	1.362.193,05
Totais	43.676.558,70

A receita de contribuição corresponde a 68% da receita total acumulada em dezembro/2018 e as demais respondem por apenas 32%.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas totalizam R\$36.428.407,62 (Trinta e seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e dois centavos) no ano, apresentando a seguinte composição:

Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$
Pessoal e Encargos	18.454.323,76
Uso de Bens e Serviços	17.221.343,70
Financeiras	86.523,95
Transferências	666.216,21
Totais	36.428.407,62



RUBRICA		NOMENCLATURA	R\$
5.1.1.1	A	Remuneração a Pessoal	14.246.539,86
5.1.1.2	B	Encargos Patronais	2.722.006,30
5.1.1.9	C	Outras VPD's - Pessoal e Encargos	247.327,65

$$\frac{B}{A + C} = \frac{2.722.006,30}{14.493.867,51} = 19\%$$

RESULTADO

O resultado operacional do período é positivo no valor de R\$7.248.151,08 (Sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e um reais e oito centavos) apresentando a seguinte composição:

	dezembro/2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	43.676.558,70
Variações Patrimoniais Diminutivas	36.428.407,62
Resultado Operacional	7.248.151,08

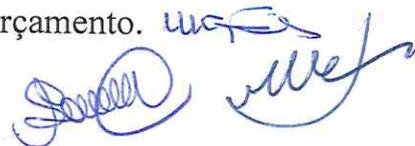
4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a arrecadação da receita atingiu 101,69% do previsto no orçamento.

b) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a realização da despesa atingiu 88,91% do previsto no orçamento.



c) SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O exame do Balanço Financeiro revela que o disponível aumentou em R\$ 47.719.609,04 (Quarenta e sete milhões, setecentos e dezenove mil, seiscentos e nove reais e quatro centavos), representando uma variação para mais de 14,83% em face dos resultados alcançados, conforme demonstramos abaixo:

Disponível em: 31/12/2017	8.311.068,33
Disponível em: 31/12/2018	56.030.677,37
Variação Positiva no Disponível	47.719.609,04

d) SUPERÁVIT FINANCEIRO

O superávit financeiro é apurado com base no último Balanço Patrimonial por meio da equação: Disponibilidades Efetivas menos Exigível Imediato.

TÍTULO	SALDO EM: 31/12/2017	SALDO EM: 31/12/2018
Disponibilidades Efetivas	8.298.790,07	56.015.493,09
Exigível Imediato	3.299.955,44	5.697.143,96
Superávit Financeiro	4.998.834,63	50.318.349,13

e) SITUAÇÃO PATRIMONIAL

a) ÍNDICE DE LÍQUIDEZ IMEDITATA:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Exigível Imediato}} = \frac{56.015.493,09}{5.697.143,96} = 9,83$$

b) ÍNDICE DE LÍQUIDEZ MEDITATA:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{68.063.021,54}{10.032.099,70} = 6,78$$

c) ÍNDICE DE LÍQUIDEZ GERAL:

$$\frac{\text{Ativo Circulante - (Valores em Apuração + Despesas Antecipadas)}}{\text{Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas Antecipadas)}} = \frac{66.703.633,24}{8.371.731,14} = 7,97$$

Aracaju (Se), 31 de dezembro de 2018.



Laércio José de Oliveira
Presidente Conselho Regional
CPF: 168.538.814-00



Maria Aparecida G. Farias
Diretora Planej Administração
CPF: 267.089.815-72



Adely Carneiro dos Santos
Diretora Regional
CPF: 502.478.245-34



Rosiana Barbosa S. Cruz
Contadora
CPF: 103.892.295-04
CRC/SE-004664/O-5